



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 9079618110000807.000052/2026-40

ESTUDOS PRELIMINARES

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.
Objeto:	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria nas áreas fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária, conforme especificações abaixo e demais condições estabelecidas neste instrumento.
Nº do Processo Administrativo:	9079618110000807.000052/2026-40

2. Diretrizes gerais para a contratação:

2.1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO;

2.1.1 A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a adequada execução das rotinas trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo – CRCES, considerando a complexidade técnica dessas atividades e a relevância de seu correto cumprimento para a manutenção da regularidade institucional.

2.1.2 Atualmente, o CRCES enfrenta limitações em seu quadro de pessoal, especialmente no que se refere à disponibilidade de profissionais com conhecimento técnico especializado e atualizado nas referidas áreas. Tal cenário compromete a capacidade operacional interna para atender, com segurança e eficiência, às demandas relacionadas à apuração de tributos, cumprimento de obrigações acessórias, processamento da folha de pagamento e atendimento às exigências legais dos órgãos de controle.

2.1.3 Destaca-se que as áreas trabalhista, previdenciária, fiscal e tributária são altamente dinâmicas, sujeitas a constantes alterações na legislação e normativos, o que exige acompanhamento contínuo, atualização técnica permanente e domínio de sistemas específicos. A inobservância dessas exigências pode acarretar riscos relevantes à Administração, tais como aplicação de penalidades, autuações fiscais, inconsistências em declarações obrigatórias e prejuízos à transparência e à conformidade dos atos administrativos.

2.1.4 Sob a perspectiva do interesse público, faz-se necessária a contratação de empresa especializada que disponha de equipe técnica qualificada, infraestrutura adequada e capacidade de atualização contínua, a fim de garantir a correta execução das rotinas, mitigar riscos legais e assegurar a conformidade com a legislação vigente.

2.1.5 Para a realização das rotinas trabalhistas e previdenciárias, seria necessária a contratação de sistema específico de gestão de folha de pagamento os quais implicam custos com aquisição, licenciamento, manutenção, suporte técnico e atualizações periódicas obrigatórias. Ressalta-se que tais sistemas exigem constante adequação às mudanças legais, especialmente no âmbito trabalhista, previdenciário e tributário.

2.1.6 Dessa forma, a contratação visa suprir a lacuna operacional existente, promover maior eficiência na gestão administrativa, assegurar a continuidade dos serviços essenciais e resguardar o CRCES quanto a eventuais passivos trabalhistas, previdenciários e tributários, atendendo, assim, aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

2.1.7 Ressalta-se que os servidores efetivos do CRCES permanecerão responsáveis pela gestão, planejamento e acompanhamento da execução contratual, garantindo o controle, a supervisão e o alinhamento dos serviços às diretrizes institucionais, preservando-se a governança e a tomada de decisões estratégicas no âmbito da Administração.

2.1.8 - Trata-se de serviço de natureza comum e continuada, cuja execução ocorre de forma periódica e recorrente, com demandas mensais e anuais, sendo essencial para a manutenção das atividades administrativas e institucionais do CRCES.

2.1.9 - Registra-se, ainda, que o contrato atualmente vigente (Contrato nº 009/2021) atingiu o limite máximo de vigência permitido pela legislação aplicável, não sendo possível nova prorrogação, o que torna imprescindível a realização de nova contratação para assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

2.1.10 - Assim, a contratação proposta justifica-se sob os aspectos operacional, econômico e jurídico, atendendo ao interesse público ao assegurar a continuidade dos serviços essenciais do CRCES, com observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e segurança jurídica.

2.2 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.2.1 Esta contratação encontra-se prevista no item 15 do Plano de Contratações Anual – PCA de 2026 v1.

2.3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.3.1 A empresa contratada deverá garantir a prestação dos serviços de assessoria e consultoria nas áreas trabalhista, previdenciária, fiscal e tributária de forma contínua, observando os seguintes requisitos:

- **Área trabalhista e previdenciária:**

- a. Orientação e controle da aplicação dos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como aqueles pertinentes à Previdência Social, PIS/PASEP, FGTS, IRRF e outros aplicáveis às relações de emprego mantidas pelo CRCES;

- b. Execução das rotinas envolvendo admissões, demissões, afastamentos, férias, dentre outras

rotinas efetuando os respectivos registros, controles e emissão de formulários e guias de recolhimento, solicitações e conciliações de benefícios de vales transportes, plano de saúde e vale alimentação, dentro dos prazos legais e cronogramas estabelecidos pelo CRCES;

c. Atualização regular dos documentos, livros ou fichas de registro de empregados e da CTPS dos funcionários da (o) Contratante, conforme as normas e regulamentos da CLT;

d. Realizar, quando solicitado, cálculos trabalhistas em função de acordos, ajustes, demandas judiciais, entre outros que se fizerem necessários, demonstrando-os através de planilhas, gráficos, relatórios, sempre que necessário;

e. Cadastramento de funcionários junto ao PIS (Programa de Integração Social);

f. Elaboração da Folha de Pagamento dos empregados;

g. Conferência de valores mensais;

h. Envio de contracheques por e-mail;

i. Elaboração de Folha de Pagamento de Autônomos;

j. Lançamento de Férias;

k. Acompanhamento dos Vencimentos dos Períodos Aquisitivos;

l. Lançamentos dos Períodos de Gozo;

m. Emissão dos Avisos de Férias;

n. Emissão dos Recibos de Férias;

o. Folha de Pagamento 13º Salário;

p. Conferência dos Valores pagos x devidos;

q. Emissão das guias de recolhimento dos encargos sociais e tributos;

r. Envio e Conferência da SEFIP;

s. Envio Mensal das Informações e Conferências;

t. Emissão da Guia do INSS Mensal;

u. Envio da Conectividade Social;

v. Conferência e fechamento dos valores;

w. Emissão dos Arquivos de Protocolo;

x. Conferência da DIRF (Declaração Anual do Imposto de Renda Retido na Fonte) e envio do arquivo ao CRCES para transmissão;

y. Conferência de valores importados do sistema de Folha de Pagamento;

z. Emissão do comprovante do protocolo de envio;

aa. Emissão do informe de rendimento anual para funcionários e prestadores de serviços;

bb. Envio e Conferência da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais);

cc. Conferência de valores importados do sistema de Folha de Pagamento;

dd. Emissão do comprovante do Protocolo de Envio;

ee. Elaboração e envio do CAGED;

ff. Aplicação das Normas da Reforma Trabalhista;

gg. Aplicação do eSocial.

Área fiscal

- a. Análise documental e de notas fiscais para apuração de impostos, escrituração fiscal e preenchimento das guias de recolhimento, exigidas pelas legislações federal, estadual e municipal, quando necessário;
- b. Compensação e/ou retificação de tributos federais, estaduais e municipais, sempre que necessário, incluindo Redarf, Perdcomp e outros;
- c. DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte;
- d. DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal;
- e. Prestação de Contas do ISS – Imposto sobre serviços prestados de acordo com normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Vitória ou outra legislação vigente;
- f. Orientar os fornecedores que porventura tenham objeções quanto à obrigatoriedade de retenções na fonte;
- g. Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais – EFD Reinf, de forma alinhada ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial;
- h. Taxas de cota parte obrigatória pelos Conselhos Regionais de Contabilidade ao Conselho Federal de Contabilidade, nos termos do Decreto-Lei 9.295/46 e Resoluções vigentes;
- i. Recuperação de cobrança junto ao Conselho Federal de Contabilidade nos termos da Resolução CFC nº 1.539/2018 ou outra que vier a substituí-la;
- j. Outras Declarações tributárias acessórias a que o CRCES venha ser obrigado a apresentar.

2.4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE;

2.4.1 A estimativa das quantidades dos serviços a serem contratados foi elaborada com base na demanda efetiva do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo – CRCES, considerando o volume atual de obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias a serem cumpridas, bem como a periodicidade mensal e anual dessas atividades.

2.4.2 O quadro atual de pessoal é o seguinte:

Descrição	Quantidade
Funcionários	27
Estagiários	10
Total	37

2.4.3 Para a definição das quantidades, foram considerados, entre outros fatores:

- o número de empregados, conselheiros, dirigentes e prestadores de serviços vinculados ao CRCES;
- a frequência de geração e envio das obrigações acessórias, tais como DCTF, DIRF, eSocial, EFD-Reinf e demais declarações previstas na legislação vigente;
- a necessidade de apuração, conferência, validação e transmissão das informações dentro dos

prazos legais;

- o histórico de execução dos serviços no contrato vigente, que demonstra a recorrência e a continuidade da demanda;

2.4.4 As memórias de cálculo foram fundamentadas na análise do contrato atualmente em execução, nos relatórios de atividades, nos calendários oficiais de obrigações acessórias e na legislação aplicável, os quais evidenciam a necessidade permanente de suporte técnico especializado para garantir a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Autarquia.

2.4.5 Dessa forma, as quantidades estimadas refletem a demanda real e contínua do CRCES, sendo suficientes para assegurar a execução adequada dos serviços ao longo da vigência contratual, sem excessos ou subdimensionamentos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO, ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR;

2.5.1 Com o objetivo de atender às demandas do CRCES nas áreas trabalhista, previdenciária, fiscal e tributária, realizou-se levantamento de mercado para identificar empresas especializadas na prestação de serviços de assessoria e consultoria nessas áreas. Tal levantamento contemplou pesquisa em bases oficiais, consulta a empresas do segmento, análise de contratações de outros Conselhos de Classe e órgãos públicos, bem como referências técnicas de fornecedores habilitados no mercado nacional.

2.5.2 Foram identificadas empresas com atuação consolidada no suporte técnico-contábil, trabalhista e previdenciário, oferecendo serviços de orientação, elaboração de pareceres técnicos, acompanhamento de obrigações e suporte à execução de rotinas legais. As soluções disponíveis no mercado estão estruturadas, predominantemente, na forma de prestação de serviços continuados por equipe especializada.

Alternativas avaliadas:

1. Execução interna do serviço com equipe própria

Avaliada como inviável, uma vez que a estrutura administrativa atual não dispõe de profissionais com especialização técnica suficiente para atendimento pleno e contínuo das rotinas fiscais, trabalhistas e previdenciárias, especialmente diante da complexidade normativa e da necessidade de atualização constante.

2. Contratação pontual por demanda (avulsa)

Considerada inadequada em razão da natureza contínua e preventiva dos serviços, que demandam acompanhamento regular, suporte técnico imediato e atuação estratégica permanente nas áreas mencionadas. A contratação avulsa poderia resultar em risco operacional, ineficiência na gestão e custos maiores por atendimento isolado.

3. Contratação de empresa especializada (serviço continuado)

Configura-se como a alternativa tecnicamente mais adequada, visto que permite acesso a equipe multidisciplinar qualificada, com expertise atualizada na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e tributária, garantindo segurança jurídica, mitigação de riscos e maior eficiência no cumprimento das obrigações legais. Ademais, possibilita previsibilidade orçamentária e otimização de recursos, até que o processo do concurso público não seja finalizado.

2.5.3 Justificativa técnica e econômica:

2.5.3.1 A contratação de empresa especializada representa a solução mais vantajosa para o CRCES, pois assegura:

- suporte contínuo e consultivo por equipe qualificada;
- conformidade legal e mitigação de riscos administrativos, fiscais e trabalhistas;
- agilidade na resolução de demandas e na emissão de orientações técnicas;
- ganho de eficiência operacional com redução de erros e retrabalhos;
- economicidade na contratação de sistemas de folha de pagamento, evitando custos com aquisição, licenciamento, manutenção e constantes atualizações.

2.5.3.2 Assim, considerando a necessidade institucional, a complexidade normativa, a economicidade e a eficiência administrativa, a contratação de serviço continuado especializado é a opção mais adequada e vantajosa para atender às necessidades do CRCES.

2.6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.6.1 Conforme documentos acostados aos autos, o valor estimado da contratação é de **R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)**, conforme justificado no despacho de conclusão da pesquisa de preços.

2.6.2 Para fins de estimativa da contratação, foi realizada pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de propostas por e-mail, bem como consulta a sistemas oficiais, visando ampliar os parâmetros de comparação.

2.6.3 Em conformidade com o art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, foi realizada análise crítica dos preços coletados, sendo o valor estimado definido com base no **menor preço considerado compatível com o objeto**, devidamente justificado nos autos.

2.7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

2.7.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria e apoio operacional nas áreas fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária, com a finalidade de auxiliar o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo – CRCES no cumprimento de suas obrigações legais e acessórias perante os órgãos da Administração Pública, especialmente a Receita Federal do Brasil e demais entidades competentes.

2.7.2 A execução dos serviços compreenderá, de forma integrada e contínua, atividades como a análise e conferência de documentos fiscais apresentados por fornecedores, verificação da correta incidência de tributos, apoio na apuração de retenções tributárias, emissão de guias de recolhimento de tributos federais (DARFs), bem como orientação técnica quanto à aplicação da legislação fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária, aplicável às contratações e operações realizadas pelo CRCES.

2.7.3 A solução também contempla o suporte técnico no cumprimento das obrigações acessórias da entidade, incluindo o acompanhamento, orientação e eventual apoio na elaboração ou validação de declarações exigidas pela legislação vigente, tais como DCTF, DIRF, eSocial, EFD-Reinf e demais obrigações correlatas que venham a ser instituídas pelos órgãos fiscalizadores.

2.7.4 Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, mediante atendimento às demandas encaminhadas pelo setor responsável do CRCES, podendo ocorrer por meio de atendimento remoto (e-mail, telefone ou sistemas eletrônicos) e, quando necessário, por atendimento presencial previamente agendado, garantindo a adequada orientação técnica e a solução tempestiva das demandas apresentadas pela Administração.

2.7.5 A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados e com comprovada experiência nas áreas fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária, aptos a prestar suporte técnico especializado e atualizado, considerando as constantes alterações na legislação e nos sistemas de cumprimento de obrigações acessórias.

2.7.6 A solução inclui, ainda, o acompanhamento das alterações legislativas e normativas relacionadas

às matérias objeto da contratação, devendo a contratada orientar o CRCES quanto a eventuais impactos dessas mudanças nas rotinas administrativas e no cumprimento das obrigações legais da Autarquia.

2.7.7 Por se tratar de contratação de natureza predominantemente intelectual e técnica, não há previsão de fornecimento de equipamentos, nem de serviços de manutenção ou assistência técnica de bens. A responsabilidade da contratada restringe-se à prestação de serviços técnicos especializados e ao suporte consultivo necessário ao adequado cumprimento das obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias da entidade.

2.7.8 Para a execução das atividades, poderão ser utilizados sistemas eletrônicos próprios da contratada, bem como plataformas e sistemas oficiais da Administração Pública, especialmente aqueles disponibilizados pela Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes, tais como e-CAC, DCTFWeb, eSocial, EFD-Reinf, entre outros que venham a ser instituídos pela legislação vigente.

2.7.9 A contratada deverá prestar orientações técnicas quanto à correta utilização desses sistemas, incluindo procedimentos de preenchimento, transmissão de informações, acompanhamento de pendências e regularização de eventuais inconsistências identificadas pelos órgãos fiscalizadores.

2.7.10 Sempre que houver necessidade de acesso a sistemas institucionais ou informações internas do CRCES, a contratada deverá observar rigorosamente as normas de segurança da informação, confidencialidade e proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

2.7.11 A contratada compromete-se a utilizar as informações e dados a que tiver acesso exclusivamente para fins relacionados à execução do objeto contratual, sendo vedada qualquer forma de uso indevido, divulgação ou compartilhamento não autorizado.

2.7.12 Caberá ainda à contratada manter absoluto sigilo sobre todos os dados, documentos e informações institucionais a que tiver acesso em razão da execução dos serviços, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes do descumprimento das obrigações de confidencialidade e proteção de dados.

2.8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO;

2.8.1 Após análise técnica e administrativa, conclui-se pela impossibilidade de parcelamento da contratação, uma vez que os serviços trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários são interdependentes e utilizam sistemas integrados (eSocial, EFD-Reinf, SEFIP, DIRF, DCTF, entre outros). A fragmentação poderia gerar inconsistências, atrasos e riscos de descumprimento de obrigações legais.

2.8.2 Assim, a contratação de uma única empresa especializada assegura uniformidade no tratamento das informações, maior eficiência operacional e redução de riscos, atendendo ao princípio da economicidade e ao interesse público, conforme art. 40, §3º, II da Lei nº 14.133/2021, o não fracionamento visa garantir a efetividade da contratação, sem prejuízo à competitividade.

2.8.3 Além disso, a contratação unificada possibilita:

- **Padronização dos estudos e documentos técnicos;**
- **Melhor compatibilização entre os projetos,** evitando divergências de dados e interferências físicas;
- **Maior celeridade e racionalização da gestão contratual,** com um único responsável técnico pelo conjunto das entregas;
- **Redução de custos indiretos,** decorrentes da economia de escala e da eliminação de sobreposição de atividades;
- **Facilidade no controle e na fiscalização,** concentrando a responsabilidade técnica em uma única empresa habilitada.

2.8.4 O parcelamento da contratação poderia comprometer a integração e a unidade técnica dos serviços, dificultando o acompanhamento adequado e a responsabilização técnica pelas informações e rotinas executadas. Além disso, pode gerar riscos de inconsistências e incompatibilidades entre os registros trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, especialmente nas interfaces entre folha de pagamento, encargos sociais, apuração de tributos e escrituração contábil. Isso pode impactar a confiabilidade das informações e a conformidade com as obrigações legais e acessórias.

2.8.5 Dessa forma, a contratação não será parcelada, por se tratar de serviço técnico especializado e interdependente, cujo resultado final depende da integração e compatibilização entre as áreas envolvidas, conforme o disposto no art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação conjunta quando o parcelamento puder prejudicar a execução ou comprometer a funcionalidade do objeto.

2.9 - RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS;

2.9.1 Agilidade no cumprimento das obrigações legais.

2.9.1.1 Garantia do cumprimento rigoroso dos prazos trabalhistas, previdenciários e fiscais;

2.9.1.2 Redução de retrabalho e atrasos em processos rotineiros, como folhas de pagamento, declarações fiscais e envio de informações aos órgãos competentes;

2.9.1.3 Maior eficiência na atualização e conferência de registros, cadastros e documentos, minimizando erros e inconsistências.

2.9.2 Mitigação de riscos e conformidade legal.

2.9.2.1 Minimização de riscos de penalidades, multas ou contingências trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

2.9.2.2 Garantia de conformidade com normas legais e regulatórias, reforçando a segurança jurídica das operações;

2.9.2.3 Fortalecimento das práticas de governança, alinhando-se às políticas institucionais e ao Plano Estratégico do CFC.

2.9.3 Racionalização das atividades e melhor aproveitamento de recursos materiais e financeiros

2.9.3.1 Otimização do uso de sistemas informatizados e ferramentas tecnológicas para processos trabalhistas, previdenciários e fiscais;

2.9.3.2 Redução de gastos com retrabalho, impressão e armazenamento de documentos;

2.9.3.3 Implementação de processos padronizados que promovam economicidade, agilidade e controle eficiente dos recursos.

2.10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

2.10.1 Designação formal do gestor e do fiscal do contrato para o acompanhamento imediato do cronograma de instalação e validação técnica da solução.

2.10.2 Organização e disponibilização das informações e documentos necessários à execução dos serviços, observando a legislação vigente e a proteção de dados;

2.11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

2.11.1 Para o objeto deste estudo, não são necessárias contratações correlatas ou interdependentes. O serviço a ser contratado é autônomo e completo, não dependendo de outros contratos para sua execução ou entrega de resultados.

2.12 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

QUANDO APLICÁVEL;

2.12.1 Considerando a natureza do objeto, contratação de empresa para prestação de serviços nas áreas fiscal, trabalhista e previdenciária, não há geração de impactos ambientais significativos, e, portanto, não se aplicam medidas mitigadoras para esta contratação.

2.13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

2.13.1 Diante da análise da necessidade apresentada, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços nas áreas fiscal, trabalhista e previdenciária mostra-se adequada, pertinente e necessária para o atendimento dos objetivos institucionais da Administração.

2.13.2 A complexidade e a constante atualização da legislação que rege essas áreas demandam conhecimento técnico especializado, acompanhamento sistemático das normas vigentes e correta aplicação dos procedimentos legais, o que justifica a contratação de empresa com comprovada expertise, garantindo maior segurança jurídica, conformidade legal e mitigação de riscos de passivos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

2.13.3 Ressalta-se, ainda, que a contratação possibilita maior eficiência operacional, apoio técnico qualificado à gestão e melhor controle das obrigações acessórias, contribuindo para a regularidade dos atos administrativos e para o cumprimento tempestivo das exigências legais.

2.13.4 Dessa forma, restou demonstrado que a contratação pretendida atende plenamente à necessidade a que se destina, sendo compatível com o interesse público, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e segurança jurídica, razão pela qual se manifesta favoravelmente à sua realização.

3. Normativos que disciplinam o serviço a ser contratado:

[Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

[Decreto nº 10.947](#), de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Instrução Normativa SLTI nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4. Do Acesso às Informações contidas nos presentes Estudos Preliminares:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

☒ X

As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

☐

As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO** nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

5. Equipe de Planejamento:

São responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação os seguintes servidores:

Camila Amorim Santos Matrícula 203 Membro da Equipe de Planejamento	Rodrigo dos Santos Sanz Matrícula 50 Membro da Equipe de Planejamento	Vanessa Covre Rangel Marques Matrícula 140 Membro da Equipe de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Covre Rangel Marques, Coordenadora**, em 20/03/2026, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo dos Santos Sanz, Coordenador**, em 20/03/2026, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Amorim Santos, Assistente Administrativo**, em 20/03/2026, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1286642** e o código CRC **3976B8E1**.

